

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2021

*Requer a convocação do Ministro de Estado da Educação, **Sr. Milton Ribeiro**, para comparecer a esta Comissão de Educação com o objetivo de prestar esclarecimentos acerca da crise em curso no INEP e as condições para a realização do Enem 2021, entre outros temas atinentes à Pasta.*

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 50 da Constituição Federal, combinado com os artigos 117, II e 219, I, §§ 1 e 2 do Regimento Interno, que, ouvido o plenário desta Comissão de Educação, sejam adotadas as providências necessárias para a convocação do Sr. **Milton Ribeiro**, Ministro de Estado da Educação, para prestar esclarecimentos acerca da crise em curso no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e as condições para a realização do Enem 2021, entre outros temas atinentes à Pasta que ocupa.

### JUSTIFICATIVA

Na gestão de Jair Bolsonaro, como é sabido, a Educação tem sofrido uma sucessão interminável de ataques. Multiplicam-se, em ritmo quase diário, as agressões à autonomia universitária e à liberdade de cátedra, bem como as afrontas ao livro didático, somados à militarização das escolas e aos cortes orçamentários que sufocam as universidades federais.

Nesse cenário sombrio, o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, porta de entrada para o ensino superior de vital importância para milhões de estudantes brasileiros, tem sido prejudicado por uma gestão desastrosa por parte do MEC, marcada por ineficiência, irresponsabilidade (veja-se a realização do Enem 2020 em pleno pico da pandemia de coronavírus, antes do início da vacinação, contra a vontade expressa dos estudantes e as advertências de especialistas) e mesmo arroubos autoritários, como a



ameaça de criação de um “tribunal ideológico” para exercer censura prévia às questões do certame.

O aparente apego do Sr. Milton Ribeiro à ideia de criar uma espécie de “tribunal ideológico” veio à tona em reportagem publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, dando conta de que o MEC estaria finalizando a elaboração de uma portaria que cria uma criação permanente de análise das provas do Enem. Entre os critérios a serem observados pela referida comissão, segundo a publicação, estariam o respeito a “valores cívicos, como respeito, patriotismo” e a vedação a “questões subjetivas” e que afrontem “valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade”.<sup>1</sup>

Técnicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, responsável pela realização do Exame, posicionaram-se contrariamente à intervenção, argumentam que já há um longo processo de elaboração das questões, com ao menos sete etapas de revisão: “Essa avaliação envolve, além das revisões técnico-pedagógicas, o escrutínio em um painel de especialistas, composto por professores com larga experiência em cada um dos componentes curriculares, tanto no âmbito acadêmico como no escolar, que compõem as áreas do conhecimento.”

Na data de hoje, faltando apenas 13 dias para a realização da primeira prova do Enem 2021, somos surpreendidos pela notícia estarrecedora do pedido de exoneração e dispensa coletiva por parte de ao menos 27 servidores do Inep, de fundamental importância para a realização do certame, muitos deles com comprovada experiência em sua organização. Em sua carta de demissão, os servidores denunciam a fragilidade técnica e administrativa da atual gestão máxima do Inep”.<sup>2</sup>

Ao mesmo tempo, a Associação de Servidores do Inep (Assinep), traz a lume a prática de assédio moral por parte do atual presidente, Danilo Dupas (o quarto presidente do Inep em três anos de governo Bolsonaro), bem como o clima de medo instaurado na instituição, que poderia pôr em risco a realização do Enem 2021. A Associação denuncia, ademais, que “o clima organizacional é de desconfiança, intimidação, assédio, perseguição e insegurança psicológica”, sustenta que o “trabalho dos servidores e gestores é desvalorizado” e que Dupas “não ouve sequer os ocupantes de cargos comissionados”.

São fatos graves, que requerem esclarecimentos urgentes por parte do Sr. Ministro de Estado da Educação a esta egrégia Comissão, inclusive para que seja resguardado o direito à educação (inscrito no art. 6º da Constituição Federal) aos quase 3 milhões e 400 mil inscritos na próxima edição do Exame.

Eis por que solicitamos aos nobres pares a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 2021.

1 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/06/mec-ignora-area-tecnica-e-quer-criar-tribunal-ideologico-do-enem.shtml?origin=folha> (acesso em 17/06/2021).

2 Vide: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,enem-inep-coordenadores-exoneracao,70003892713> acesso em 08/11/2021)





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade  
Assessoria Técnica

**Glauber Braga**  
(PSOL/RJ)

**Ivan Valente**  
(PSOL/SP)

**Sâmia Bonfim**  
(PSOL/SP)

Apresentação: 10/11/2021 15:32 - CE

**REQ n.195/2021**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Glauber Braga e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210534284100>





## **Requerimento** **(Do Sr. Glauber Braga )**

Requer a convocação do Ministro de Estado da Educação, Sr. Milton Ribeiro, para comparecer a esta Comissão de Educação com o objetivo de prestar esclarecimentos acerca da crise em curso no INEP e as condições para a realização do Enem 2021, entre outros temas atinentes à Pasta

Assinaram eletronicamente o documento CD210534284100, nesta ordem:

- 1 Dep. Glauber Braga (PSOL/RJ)
- 2 Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)
- 3 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP)

